

## **Ilhas e Novos Condomínios no Porto do século XX**

**Paulo Castro Seixas**

Pode-se compreender a habitação como um dos lugares em que se sente as transições de uma cidade? Pode-se compreender a habitação como um dos lugares em que se sente as transições da família como grupo social ao longo do tempo? Metonímia da família e da cidade, a habitação não será também um dos lugares em que se sente a transição macro, chamando-lhe globalização ou não? Em suma, a hipótese é a da Habitação Ritual. A habitação-objecto e a habitação-sujeito (o habitar) revelam a) o ritual familiar transgeracional; b) a estrutura antropológica urbana (ou estrutura da diferença); a transição dos paradigmas socio-espaciais mais globais e das suas políticas da diferença.

Foi, basicamente, esta ideia, aqui muito resumida, que apresentei em forma narrativa há 10 anos atrás numa tese sobre as Ilhas e os Novos Condomínios no Porto. As Ilhas como lugares limiaries no processo de urbanização (de fazer cidade) e de urbanidade (dos valores urbanos), de transição familiar numa batalha de décadas entre dependência e autonomia (face ao parentesco, à terra, à comunidade), como lugares entre o estigma e o direito à cidade (canto, concha e ninho), como lugares no processo transnacional de industrialização e sua objectificação urbana classista e política da diferença de exclusão do Outro (heteroexclusão). Os Novos Condomínios, surgidos em Portugal basicamente a partir da década de 70/80 do século XX como lugares limiaries no processo de metropolização (de fazer a cidade-região) e de cosmopolitaneidade (de valores interculturais), de transição familiar/individual entre dependência e autonomia face à cidade; como lugares de direito pleno à cidade dentro ou fora dela (Clube, Castelo, Casa de férias), como lugares no processo transnacional de terciarização e quaternização da economia, na sua objectificação territorial em estilos de vida e numa política da diferença de exclusão do Eu hegemónico (auto-exclusão).